



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO – UFMA
CENTRO DE CIÊNCIAS DE GRAJAÚ
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS-GEOGRAFIA

MARIANA DOS SANTOS LIMA

**A INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS NA CONCEPÇÃO DO
INTÉRPRETE DE LIBRAS: estudo de caso em uma escola pública da
cidade de Grajaú-MA**

GRAJAÚ-MA
2024

MARIANA DOS SANTOS LIMA

**A INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS NA CONCEPÇÃO DO INTÉRPRETE
DE LIBRAS: estudo de caso em uma escola pública da cidade de Grajaú-MA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Federal do Maranhão – UFMA,
Centro de Ciências de Grajaú, como requisito
parcial para a obtenção do grau de Licenciatura em
Ciências Humanas-Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Nicolau Santos da
Silva

GRAJAÚ-MA

2024

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Lima, Mariana dos Santos.

A INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS NA CONCEPÇÃO DO INTÉRPRETE DE LIBRAS: estudo de caso em uma escola pública da cidade de Grajaú-MA / Mariana dos Santos Lima. - 2024.

31 p.

Orientador(a): Professor. Dr. Marcos Nicolau Santos da Silva.

Curso de Ciências Humanas - Geografia, Universidade Federal do Maranhão, UFMA - Universidade Federal do Maranhão-Campus Grajaú, 2024.

1. 2720. 2. Asd. 3. Dsa. I. Santos da Silva, Professor. Dr. Marcos Nicolau. II. Título.

MARIANA DOS SANTOS LIMA

**A INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS NA CONCEPÇÃO DO INTÉRPRETE
DE LIBRAS: estudo de caso em uma escola pública da cidade de Grajaú-MA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Federal do Maranhão – UFMA,
Centro de Ciências de Grajaú, como requisito
parcial para a obtenção do grau de Licenciatura
em Ciências Humanas-Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Nicolau Santos da
Silva

Aprovado em: 21 / 02 / 2024

Banca Examinadora

Prof. Dr. Marcos Nicolau Santos da Silva - Orientador
UFMA/Centro de Ciências de Grajaú

Prof. Dr. Ubiratane de Moraes Rodrigues
UFMA/Centro de Ciências de Grajaú

Prof. Me. José Luís dos Santos Sousa
Examinador Externo – SEMED-Grajaú / PPGE-UFSM

Com gratidão, dedico este trabalho de conclusão de curso a Deus; sem ele eu não teria capacidade para desenvolvê-lo.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, com meu coração transbordando de tanta felicidade, agradeço ao meu PAI, DEUS, que nunca, em nenhum momento me deixou só nesta jornada tão árdua; não me deixou desistir e me encheu de confiança quando eu estava fraquejando. Não podendo ser esquecida jamais, da grande e majestosa, Maria de Nazaré, mãe de Jesus e minha, que com toda certeza intercedeu por mim e entregou minhas orações a seu filho. Eu os amo!

Dedico esta estimável e trabalhosa conquista à minha querida mãe, Maria José Barros dos Santos Lima, a quem devo tudo na minha vida (depois de Cristo, é claro): mulher me que enche de orgulho, que foi e continua sendo professora, catequista e minha maior intercessora a Deus aqui na Terra, que nunca mediu esforços para educar, aconselhar e incentivar. Obrigada, minha mãe, eu amo-te!

Agradecer também ao meu pai, Antônio da Costa Lima, que indiretamente e diretamente mostrava orgulho de ver uma filha estudando na Universidade Federal do Maranhão, e enchia a boca para dizer: minha filha estuda para exercer a função de professora! Obrigada, meu pai, por me sustentar até aqui através de suas vendas de peixes e galinha caipira de porta em porta e, também da roça.

Agradeço ao meu irmão, Francisco de Assis dos Santos Lima, por todas as vezes que me ofereceu carona nos momentos de atrasos por consequência do trabalho para que eu chegasse à faculdade com mais rapidez; por momentos, mal-humorado outros sorridente, mas sempre me acompanhava. Dedico a todas às minhas irmãs e irmãos que são meus tesouros, em especial a Sônia Regina Santos Lima Silva, que por inúmeras vezes me incentivava olhando minhas três filhas para que eu pudesse ir até o campus assistir às aulas, e a Maria Luzia dos Santos Lima, que mesmo de longe foi uma fonte de incentivo e encorajamento.

Dedico esta conquista as três razões da minha existência: as minhas filhas, Mary Jennyfer Lima Moura, Agatha Maria Lima Moura e Melinda Lima Moura. Depois de Deus são minha fortaleza, é para vocês e por vocês que eu vivo. À minha irmã Maria da Conceição dos Santos Lima, que, nos momentos mais difíceis, esteve comigo, mesmo diante de nossas diferenças, sempre segurou minha mão; dedico-lhe esta conquista, minha irmã. Agradeço também ao meu orientador, Prof. Dr. Marcos Nicolau Santos da Silva, pelos ensinamentos e profissionalismo. Suas orientações, ideias, conhecimentos e dedicação foram fundamentais para a conclusão deste trabalho: tu és um bom exemplo de ser humano.

“A voz dos surdos são as mãos e os corpos que pensam, sonham e expressam. Permite-se “ouvir” estas mãos, somente assim será possível mostrar aos surdos como eles podem “ouvir” o silêncio da palavra escrita”.

Ronice Miller de Quadros.

A INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS NA CONCEPÇÃO DO INTÉRPRETE DE LIBRAS: estudo de caso em uma escola pública da cidade de Grajaú-MA

THE INCLUSION OF DEAF STUDENTS IN THE CONCEPTION OF THE LIBRAS INTERPRETER: case study in a public school in the city of Grajaú-MA

Mariana dos Santos Lima

Discente do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas-Geografia da Universidade Federal do Maranhão – UFMA/Centro de Ciências de Grajaú.

Marcos Nicolau Santos da Silva – Orientador

Professor do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas-Geografia da Universidade Federal do Maranhão – UFMA/Centro de Ciências de Grajaú.

RESUMO

A inclusão do aluno surdo é um direito do sujeito ser inserido na sociedade. No meio escolar, ela surge como um grande desafio para muitos professores e tradutores/intérpretes de libras. O presente artigo tem como objetivo investigar como é realizado o processo de inclusão de alunos surdos na concepção dos intérpretes de libras em uma escola na cidade de Grajaú-MA. A metodologia foi realizada através de revisões em livros, artigos e sites, sendo caracterizado como um estudo de caso, de caráter qualitativo. Como instrumentos utilizou-se a entrevista semiestruturada com duas intérpretes de Libras que atendem à escola objeto da pesquisa. Os resultados deste estudo apontam que os surdos podem ser matriculados e incluídos no sistema educacional caso a escola e os docentes estejam capacitados para ministrar as aulas, fazendo o uso da língua de sinais. Entretanto, um dos empecilhos para que haja essa inclusão do discente não ouvinte na instituição de ensino regular está no não desenvolvimento de uma escola bilíngue que tenha o intuito de alfabetizar os surdos na sua própria língua materna.

Palavras-chave: Educação Inclusiva; Inclusão do aluno surdo; Libras.

ABSTRACT

The inclusion of deaf students is a right of the subject to be inserted in society. In the school, it emerges as a great challenge for many teachers and sign language translators/interpreters. The objective of this article is to investigate how the process of inclusion of deaf students in the conception of sign language interpreters is carried out in a certain school in the city of Grajaú-MA. The methodology was carried out through reviews in books, articles and websites, being a qualitative case study. As instruments, we used semi-structured interviews with two Libras interpreters who work at the school. The results of this study indicate that deaf people can be registered and included in the educational system if the school and teachers are qualified to teach classes using sign language. However, one of the obstacles to the inclusion of deaf students in the regular education institution are the non-development of a bilingual school that aims to teach deaf people to read and write in their own mother tongue.

Keywords: Inclusive education; Inclusion of deaf students; Special Education.

INTRODUÇÃO

É sabido que o sistema educacional brasileiro no que tange à educação inclusiva passou por diversas modificações no decorrer dos anos. Houve avanços tecnológicos,

mudanças no quadro docente, desempenho de estratégias pedagógicas e no processo de ensino e aprendizado, tudo isso com o intuito de haver uma realização dos ideais da escola no aspecto inclusivo. O processo de inclusão escolar ainda avança de forma lenta, porém tem sido uma conquista advinda não somente dos educadores, mas de vários segmentos da sociedade em virtude do crescimento da população brasileira e do grupo-alvo, e a necessidade cada vez mais premente de se fazer uma educação para todos, sem exceção. No entanto, podemos aqui enfatizar que, a inclusão de alunos com surdez na escola, ainda padece com irregularidades, podendo ser identificadas tais como: a falta de profissionais qualificados, a falta de materiais pedagógicos, a ausência do apoio das políticas públicas bem como a formação continuada aos professores para o ensino de alunos surdos, disponibilizada pela secretaria de educação.

Segundo Xavier (2012), a educação inclusiva é primordial para as pessoas com deficiência, seja ela física ou intelectual, referindo-se também às pessoas com características físicas diferentes, isto é, não deve haver possibilidade de separação por cor, raça e etnia. O dever do corpo docente é sempre evidenciar a inclusão e a interação com outros alunos sem distinção dos níveis de aprendizado, valorizar o regime escolar que seja capaz de atender às premências particulares de cada indivíduo.

Para Garcia (2013), a ideia central da educação inclusiva está inclusivamente relacionada com o objetivo de que os profissionais da educação possam adquirir tal conhecimento com formação específica, levando em consideração uma das necessidades importantes que se trata da educação para o aluno surdo. A autora reitera que, mesmo em meio às adversidades, conseguimos identificar melhorias e alguns avanços nos últimos anos. Sobre este ponto, ela afirma que:

Entretanto, ao final da década referida, o discurso da eficiência e eficácia da atual política mostra um crescimento do atendimento educacional especializado (AEE), indicando que houve um incremento importante das matrículas relacionadas à educação especial em escolas comuns como expressão do sucesso da política (Garcia, 2013, p. 04).

Como visto acima, é inquestionável que houve um aumento nas matrículas no sistema de ensino, porém não se pode configurar como uma garantia de sucesso, pois a conquista desta educação carece de reparo de políticas educacionais, uma vez que a efetivação da educação especial e inclusiva necessita ser mais estudada e problematizada. A presença apenas de alunos matriculados nas instituições não basta, pois é necessário que haja um programa que inclua, integre e crie situações ou condições de permanência dos discentes.

Refletir sobre o processo de educação do aluno surdo traz várias inquietações, como: a falta de profissionais qualificados que se dispõem a integrar e incluir o aluno surdo na escola; a ausência de recursos pedagógicos nas instituições de ensino entre outros; Ponderações como essas podem tornar mais difíceis as possibilidades de ensinar fazendo-se mais agravante à acessibilidade de inclusão dos estudantes, com surdez na escola regular.

Para tal finalidade, constitui-se como objetivo dessa pesquisa: Investigar como é realizado o processo de inclusão de alunos surdos na concepção dos intérpretes de Libras em uma determinada escola na cidade de Grajaú-MA. O interesse por esta investigação surgiu ao cursar a disciplina de Libras no Curso de Licenciatura em Ciências Humanas-Geografia da Universidade Federal do Maranhão, Centro de Ciências de Grajaú. Além disso, os estudos da disciplina Educação Inclusiva também contribuíram para fomentar o interesse pela temática, uma vez que contribuiu com o propósito de refletir sobre as diferenças e a convivência respeitosa e diversificada no contexto escolar. Assim, tendo como base essas duas disciplinas e os estágios obrigatórios do curso, cresceu o interesse pela temática, somado ao fato de que vários surdos matriculados no ensino regular podem enfrentar dificuldades as quais impedem a aprendizagem, a inclusão e a integração desses estudantes. Nesse sentido, o exposto reflete a importância de essa temática ser vista e revista no processo educacional, bem como, a relevância de pensar a Língua Brasileira de Sinais (Libras) no contexto inclusivo.

A abordagem é de natureza qualitativa e o tipo de pesquisa foi o estudo de caso. Buscaram-se informações com o intuito de representar determinadas características de um tema para melhor compreender o que é expresso por palavras. Levando em conta que o ponto central deste trabalho é estudar qualitativamente como ocorre à inclusão dos surdos na perspectiva dos intérpretes de Libras. Martins (2004, p. 04) define que a pesquisa qualitativa “é a flexibilidade, principalmente quanto às técnicas de coleta de dados, incorporando aquelas mais adequadas à observação que está sendo feita”. Sátyro e D’Albuquerque (2020, p. 6) afirmam, por sua vez, que o “estudo de caso tem como base questões de pesquisa tanto do tipo “qual” ou “como”, que podem gerar análises descritivas inferenciais, quanto do tipo “por que”, de natureza explicativa”.

O trabalho foi realizado em uma escola municipal de Grajaú, no Maranhão, escolhida pela razão de atender alunos com surdez no decorrer desta pesquisa. Para tal propósito, entrevistamos 2 (duas) intérpretes de Libras, observando os seguintes critérios: ter a idade mínima de 20 (vinte) anos e, pelo menos, um ano exercendo a função de intérprete na referida escola. Os aspectos que nortearam a coleta dos dados junto aos

participantes foram: o perfil dos intérpretes, idade, sexo, formação e tempo de atuação (experiência).

As intérpretes de Libras participantes da pesquisa foram identificadas com nomes fictícios. A primeira, “Roberta”, graduanda em Letras pela Universidade Federal do Maranhão, tem 25 anos de idade e atua no cargo há três anos. A segunda, “Renata”, graduada em Pedagogia e pós-graduada em Educação Especial/Libras, tem 29 anos e atua na área há mais de dois anos.

Coletamos dados com o uso de entrevista semiestruturada e utilizando também a revisão de literatura especializada sobre o tema em tela. Este artigo está dividido em três seções: A primeira discute a Lei da Libras e trajetória percorrida em meio à exclusão das pessoas surdas no Brasil e suas respectivas relações internacionais; a segunda seção aborda os aspectos históricos e educacionais da linguagem de sinais, dividida em dois tópicos – um sobre a história da surdez no Brasil e a educação de surdos e o outro foca na educação bilíngue para surdos; por fim, os resultados da pesquisa realizada com as intérpretes de Libras de uma escola pública da cidade de Grajaú foram apresentados na última seção.

LEI DA LIBRAS E TRAJETÓRIA PERCORRIDA EM MEIO À EXCLUSÃO

Por muitas décadas, a exclusão de pessoas com surdez existiu com muita frequência no meio educacional brasileiro, sujeitos tendo seus direitos violados, discriminados e não respeitados. A ruptura desse empecilho aqui no Brasil aconteceu através da Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015, na qual em seu Art. 1º é instituída como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), sendo ela destinada para garantir as condições de igualdade, dos direitos e das liberdades que são cruciais para a inclusão da pessoa com deficiência, visando a sua inclusão social e de cidadania.

É importante citar três (3) instrumentos legais que precederam e contribuíram para os avanços das políticas educacionais para as pessoas com necessidades especiais: a primeira foi a Constituição Federal de 1988 que em seu Artigo 205, assegura a educação como um direito de todos e dever do Estado. O segundo se trata do artigo 206, que traz como princípio norteador a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola. O terceiro refere-se à convenção da Guatemala no decreto de nº 3.956/2001 a qual dispõe que, as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que as demais pessoas, que o sistema de ensino deve assegurar métodos e recursos específicos do currículo para atender às necessidades dos alunos.

A educação de surdos, nesse sentido, tem apresentado debates demasiadamente necessários, mostrando que o ensino escolar deve assegurar aos alunos o progresso cognitivo, formando integralmente indivíduos para executarem suas habilidades e funções no meio social, levando em consideração a magnitude da língua de sinais no processo educativo, conforme é pontuado por Quadros (1997, p. 41):

É preciso lembrar que a primeira língua dos surdos é a língua de sinais, é por meio dela que há o primeiro contato do surdo com o ouvinte e sociedade em geral. O intérprete de libras é considerado a ligação mais importante para a comunicação entre o aluno professor e os colegas de classe, pois ele é o agente facilitador da transmissão da língua portuguesa para língua de sinais e vice-versa, repassando ao aluno surdo as informações passadas pelo docente em sala de aula. Este contato só veio acontecer de fato depois da promulgação da Lei 10.436 de 24 de abril de 2002 e da Lei nº 12.319 de 01 de setembro de 2010, que regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.

É importante ressaltar a relevância da formação de professores em língua brasileira de sinais para o ensino do aluno surdo, e a escola enquanto instituição deve propor ações a fim de promover acesso ao ensino para os discentes com surdez e que contenha limite auditivo, isso, no ensino regular. O decreto nº 5.626 de 2005, que regulamenta a Lei 10.436 de 24 de abril de 2002, a chamada “Lei de Libras”, adverte sobre a importância da formação do professor no ensino de libras, no capítulo III, no artigo 4º, inciso III, diz que:

A formação de docentes para o ensino de Libras nas séries finais do ensino fundamental, no ensino médio e na educação superior deve ser realizada em nível superior, em curso de graduação de licenciatura plena em Letras/Libras ou Letras: Libras/Língua Portuguesa como segunda língua (Brasil, 2005).

Moreira (2017, p. 04) reforça que, “com o desenvolvimento das Libras, será possível propiciar a criança um alto grau de abstração diante do mundo e dos objetos. Esse processo se estabelece mediante de interlocuções com seus pares, usuários fluentes da Língua Brasileira de Sinais”. Diante disso, podemos entender que a educação de surdos e para alunos com surdez são movimentos que favorecem a acessibilidade e à educação das pessoas surdas, garantindo a inclusão desde a educação infantil até o ensino superior e usufruir de seus direitos.

ASPECTOS HISTÓRICOS E EDUCACIONAIS DA LINGUAGEM DE SINAIS

Antes de discorrer sobre a Libras, precisa-se sintetizar sobre o significado da palavra que se refere à Língua Brasileira de Sinais, a qual é uma língua usada pela comunidade surda no Brasil. Trata-se de uma língua gestual-visual que se utiliza das

expressões faciais e corporais para haver uma comunicação. O princípio da história da Libras não é diferente das outras línguas, assim como é sabido, o português falado no país brasileiro é baseado no Latim e transmudou para variadas línguas, como Espanhol, Francês, Italiano, Português, entre outras.

A língua de sinais também é uma língua estruturada através das expressões faciais, corporais, manuais e utilizada pela comunidade surda do Brasil, mas, apesar de ser uma língua brasileira, não é originada do português. Ela foi constituída pela oralidade da língua de sinais francesa, que consideravelmente foram criadas com objetivo de resgatar a atividade comunicativa do povo e comunidade surda.

Vale deixar claro sobre o conceito de povo surdo e comunidade surda. Que de acordo com Strobel (2009, p. 6), “o povo surdo é grupo de sujeitos surdos que tem costumes, história, tradições em comuns e pertencentes às mesmas peculiaridades, ou seja, constrói sua concepção de mundo através da visão”. Já a comunidade surda:

Não é só de surdos, já que tem sujeitos ouvintes junto, que são família, intérpretes, professores, amigos e outros que participam e compartilham os mesmos interesses em comuns em uma determinada localização que podem ser as associações de surdos, federações de surdos, igrejas e outros (Strobel, 2009, p. 6).

Ao longo da história, a pessoa com surdez foi vista por diferentes percepções desde a Antiguidade. O povo surdo variava de acordo com o entendimento que se tinha sobre eles, surdos. No qual eram reputados como marginalizados, incapazes de adquirir educação e raciocínio, sendo incômodo para a sociedade, condenados à morte, destinados a viver como escravizados e classificados como seres castigados pelos deuses. Para enfatizar esta afirmação, Ribeiro (2011, p. 03) reitera que:

[...] Filósofos da Idade Clássica, como Aristóteles, acreditavam que, para atingir a consciência humana, os objetos deveriam ser conhecidos a partir dos órgãos do sentido, sendo a audição o canal mais importante para o aprendizado. Era comum, naquela época, a crença de que o pensamento era possibilitado e organizado pela fala. A ausência dela, em um mundo teocêntrico, caracterizava os surdos como seres desprovidos de pensamento e, portanto, amaldiçoados por Deus. Surdos viviam, assim, trancafiados como bichos.

É perceptível que no período da Antiguidade são apontados inúmeros relatos de truçulências sofridas pelas pessoas que nasciam deficientes. No tempo dos gregos não faltava discriminação, desprezo, demérito, preconceito das pessoas que eram vistas como “normais” para com as pessoas com deficiência, visto que na Grécia era venerado o intelecto dos líderes, corpos musculosos e delineados. Desse modo, as pessoas que não possuíam características de intelectualidade, isto é, os surdos, eram tidos sem valores e as

deformidades dos corpos, portanto, consideradas aberrações ou castigo dos deuses. Segundo Garbe (2012, p. 96), no passado, “a deficiência física era definida como algo demonizado, julgado como uma punição, uma consequência de culpa. A deformação ou a falta de audição produzia as segregações, marginalizados e discriminados”.

O início da educação do surdo foi marcado pelo monge beneditino Pedro Ponce de Leon, considerado o primeiro professor do povo surdo. Quem reitera essa informação é Witkoski (2015, p. 28), em que ele afirma que a verdadeira educação de surdos se iniciou com o próprio De Leon (1520-1584), na Europa, mesmo que ainda dirigida à educação de filhos de nobres. O líder religioso era da Ordem Beneditina, recebeu o título de Abade do mosteiro de São Salvador, Oña, onde se dedicava ao ensino da fala, leitura e escrita. Ele percebeu que muitos surdos eram inteligentes e capazes de aprender, mas precisavam de um método de ensino adequado, assim, ele desenvolveu métodos que usava sinais para ensinar a língua, a escrita e a fala para quem tinha surdez.

Outro contribuinte para a educação de surdos foi o docente Charles Michel de L’Eppe, professor ouvinte religioso, que estudou com o intuito de receber o sacramento da ordenação. Pelo fato de ter ideias progressistas, não foi aceito pela igreja, sobrando-lhe a função de Abade, que lhe permitia ser tutor de criança e conselheiro espiritual de famílias ricas, no entanto, se dedicou à caridade e ajudar os pobres. Foi quando conheceu duas pessoas surdas e percebeu que poderia ensinar através da língua de sinais, dessa forma, inaugurou uma escola para receber crianças com a mesma condição e criou seus próprios métodos de ensino, os quais revolucionaram a história educacional.

Os processos metodológicos criados pelo abade (pessoa que é intitulada com cargo superior dos monges, ou seja, que detém ordem religiosa) tiveram sucesso por ser uma combinação de sinais utilizados pelos surdos, contribuindo para a mudança da educação de pessoa com surdez e empregado em vários países. Vale destacar que, além do método criado, outro fator importante era que muitos dos alunos de L’Eppe tornavam-se professores e certamente contribuíam para o avanço educacional dos surdos. O uso da língua de sinais estimulava os sujeitos com surdez por meio da sua própria língua e cultura. Witkoski (2015 p. 37) destaca que o método de L’Eppe persistiu até o ano de 1880, quando começou o Congresso de Milão na Itália, o qual preconizava um novo método de ensino para a educação de surdos e havia duas opções: o método oralista e o da Língua de Sinais.

Esta confluência de fatores possibilitou que a maioria dos ouvintes escolhesse, no Congresso de Milão, o oralismo como melhor método de ensino. Estes decidiram os rumos da educação dos surdos sem dar-lhes o direito de participar do evento e de votar de acordo com suas convicções, pois apenas um surdo participou do Congresso, tendo sido convidado a retirar-se no momento da votação (Witkoski, 2015, p. 40).

Diante do exposto, podemos considerar que o oralismo trata-se de um método escolhido pelos ouvintes como a melhor forma de educar a pessoa com surdez, tendo como finalidade “normalizar” o povo surdo, já que essa deficiência era dada como uma patologia ou anormalidade. Este método era defendido por Alexander Graham Bell (1874-1922), pois ele considerava que a maneira mais eficaz de ensinar o surdo era através da língua oral ou falada, utilizando treino da fala, da leitura labial (oralização) e o treino auditivo.

Com a proibição do uso da língua de sinais, os surdos viram subtrair a oportunidade de aprendizagem, pois estavam sendo obrigados a utilizar a língua oral e impedindo-os de construir uma identidade surda, ficando mais suscetíveis a aceitar o “modelo ouvinte” como um referencial de perfeição do qual deveriam se aproximar por meio da língua oral.

A história da surdez no Brasil e a educação de surdos

Strobel (2008, p. 89) afirma que a educação de surdo no Brasil iniciou através de Dom Pedro II, ele tinha um neto surdo, filho de sua filha princesa Isabel, sendo obrigado a recrutar Ernest Huet, com o objetivo de fundar uma escola para surdos no país. Em 26 de setembro de 1857 foi fundado o INES – Instituto Nacional de Educação de Surdos, como hoje é conhecido, na cidade do Rio de Janeiro. Na época houve a criação da língua brasileira de sinais a partir da vinda do professor francês que fazia uso do alfabeto manual para se comunicar com os surdos brasileiros, segundo Strobel (2008). Quanto à legislação de fundação do INES, Doria (1958, p.171) detalha:

[...] quando a Lei nº 839, de 26 de setembro de 1857, denominou-o ‘Imperial Instituto de Surdos-Mudos’ (...), o artigo 19 do Decreto nº 6.892 de 19-03-1908, mandava considerar-se o dia 26 de setembro como a data de fundação do Instituto, o que foi ratificado pelos posteriores regulamentos, todos eles aprovados por decretos. Inclusive o Regimento de 1949, baixado pelo Decreto nº 26.974, de 28-7-49 e o atual, aprovado pelo Decreto nº 38.738, de 30-1-56, (publ. No D.O de 31-1-56), referindo à denominação de ‘Instituto Nacional de Surdos-Mudos’ (...) Tal instituição viu seu nome modificado recentemente pela Lei nº 3.198, de 6-7-57 (publ. No D.O de 8-7-57), para ‘Instituto Nacional de Educação de Surdos’ [...].

Strobel (2008) afirma que Huet encontrou adversidades durante seu ofício no INES, pois as famílias brasileiras não o reconheciam como um cidadão e não confiavam no seu trabalho pedagógico por ele ser um professor surdo. A escola INES era e continua sendo o ponto de referência dos professores de surdos e de muitos alunos também.

As escolas especiais iniciaram de forma lenta com o uso de sinais, os quais estavam ainda enraizados no oralismo. Mas com o advento do Instituto Nacional de Educação de Surdos surgiu a oportunidade de os professores ouvintes aprenderem os sinais com seus próprios alunos, havendo abertura para novos caminhos, com viés de educação mais democrático. Relativamente aos surdos ocorriam alguns manifestos dos educadores em defesa do ensino público de 1959. Naquele mesmo ano, os educadores brasileiros demonstravam insatisfação através de seus manifestos ao povo e ao governo de então. Reivindicavam mais atenção à educação no país, um melhoramento de formação para professores, entre outros. Estes movimentos de manifesto chamavam a atenção do governo de que estava na hora de haver uma mudança e melhorar a situação no meio escolar. Os surdos clamavam pela sua língua, que pudesse ser usada para pensar, comunicar e interagir, bem como a abertura de uma democracia, respeito, liberdade e cidadania.

No Brasil, somente no ano de 1987 foi criada a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS), uma entidade que não possuía fins lucrativos e funcionava apenas como um órgão que lutava pelos direitos dos surdos. Foi por meio do grupo de pesquisa de Língua Brasileira de Sinais (Libras) que a Cultura Surda Brasileira da FENEIS contribuiu para defender a proposta de educação inclusiva para surdos e a integração do aluno surdo na escola regular.

Desse processo de luta e resistência contra a visão hegemônica em relação aos sujeitos surdos e sua língua, a comunidade surda conseguiu no Brasil, por via de leis, a Língua Brasileira de Sinais – Libras –, considerada a língua materna dos surdos brasileiros, denominada em outubro de 1993 pela Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, reconhecida e oficializada. O Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, regulamenta a referida lei e mantém a denominação conforme descrito no art. 1º: “é reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais – Libras e outros recursos de expressão a ela associados”.

A deficiência auditiva é definida de acordo com a lei 5.296, de 2004, no capítulo II artigo 5º letra b, em que determina as regras para quem é considerado PCD auditivo: “deficiência auditiva: perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz.

Perante a lei nº 14.768, de 22 de dezembro de 2023, a definição de deficiência auditiva é decretada e estabelecido o valor referencial e da sua limitação. É definida no artigo 66 da Constituição Federal e parágrafo 5º que: “Considera-se deficiência auditiva a limitação de longo prazo da audição, unilateral total ou bilateral parcial ou total, a qual, em

interação com uma ou mais barreiras, obstrui a participação plena e efetiva da pessoa na sociedade, em igualdade de condições com as demais.

Há pouco tempo era reconhecida como deficiente auditivo a pessoa com perda total da audição bilateral, ou seja, que estivesse com os dois (2) ouvidos sem a oitá. Quando promulgada a lei de 2023, passa a ser reconhecida a surdez unilateral como deficiência, para quem possui surdez total de apenas um dos ouvidos. Estes usufruem dos mesmos direitos das pessoas com deficiência auditiva bilateral, entre os quais, o direito à reserva de vagas em concursos públicos e à contratação por meio da Lei de Cotas, que exige percentuais variados de pessoas com deficiência em empresas, proporcionais ao número de empregados.

Educação bilíngue para surdos

Neste contexto é importante lembrar o que se entende por bilíngue. Sendo assim, considera-se bilíngue a pessoa com surdez ou ouvinte para o uso de duas línguas: a língua de sinais e a língua dos ouvintes. Dessa forma, os surdos passaram a ter direito à compreensão com base nesta língua, em que o português é utilizado na modalidade escrita, sendo a segunda língua, e a educação dos surdos passa a ser bilíngue. O ensino bilíngue, modalidade incluída na LDB 9394/96 pela Lei nº 14.191 de 2021, no Cap. V-A, Art. 60-A, estabelece que:

Entende-se por educação bilíngue de surdos, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida em Língua Brasileira de Sinais (Libras), como primeira língua, e em português escrito, como segunda língua, em escolas bilíngues de surdos, classes bilíngues de surdos, escolas comuns ou em polos de educação bilíngue de surdos, para educandos surdos, surdo-cegos, com deficiência auditiva sinalizantes, surdos com altas habilidades ou superdotação ou com outras deficiências associadas, optantes pela modalidade de educação bilíngue de surdos.

Esta visão educacional começa a ter organização a partir do decreto 5.626/05 que regulamentou a Lei de Libras (Língua Brasileira de Sinais). Para surdos é assegurada pela lei e credenciada pelo Ministério da Educação (MEC), sendo ela uma declaração de ensino e reconhecimento como duas línguas do país, Português e Libras, tornando-se necessária para a inclusão social e abrindo caminhos para a educação e a aceitação da existência de uma cultura surda. A abordagem pedagógica reconhece a língua de sinais como língua natural e legítima das pessoas surdas, além de promover o aprendizado da língua oral, seja ela oficial do país ou estrangeira. Essa língua é utilizada como meio de comunicação

principal, permitindo que os surdos se expressem plenamente e compreendam o conteúdo de forma efetiva.

Na vida escolar, a educação bilíngue para surdos proporciona um ambiente de aprendizado inclusivo, onde todos os alunos têm a oportunidade de se expressar e aprender de forma igualitária, podendo participar ativamente das aulas, interagir com os colegas, professores, e ter acesso ao conhecimento de maneira plena. Além disso, a educação bilíngue para surdos prepara os alunos para a vida além da escola, pois, ao adquirirem fluência tanto na língua de sinais quanto na língua oral, eles têm mais oportunidades de emprego, acesso às informações e participação na sociedade de forma independente.

É importante ressaltar que a implementação da educação bilíngue para surdos é uma abordagem pedagógica que valoriza a cultura surda, reconhecendo-a como uma identidade única e enriquecedora. Contudo é necessário que haja investimento em formação de professores, materiais didáticos adequados e estrutura física acessível. Torna-se indispensável que as escolas e governos reconheçam a importância dessa abordagem e garantam os recursos para a sua efetivação. Pois, é sabido que para os surdos a educação pode ser desafiadora, visto que, se deparam com barreiras de comunicação e exclusão social. Porém quando a educação bilíngue é adotada, esses empecilhos são minimizados, proporcionando um ambiente inclusivo e igualitário dando oportunidade de se conectarem com sua comunidade, compartilhar experiências e fortalecer sua autoestima.

Em uma carta escrita pelos primeiros doutores surdos e professores universitários, eles afirmam que: “A educação inclusiva, grande parte das vezes, permite o convívio de todos os alunos entre si, mas não tem garantido o aprendizado dos surdos” (Campello & Cols, 2012, s.p). Nesta carta, os autores defendem também a escola bilíngue somente para surdos, aparentemente parece ser uma escola segregadora, porém deve ser reconhecida como um espaço educacional com o objetivo de assegurar o acesso do surdo ao conhecimento. Por outro lado, há que se pensar que o “problema que pode derivar para a pessoa surda é o sentimento de que apenas “lá”, na escola, entre iguais, é que se pode existir” (Angelucci & Luz, 2010, p. 41). Portanto é necessário que dentro da escola tenha um clima de inclusão, isto é, que os surdos aprendessem também a língua portuguesa e os ouvintes da mesma forma a Libras.

Vale lembrar também que a atualidade do bilinguismo na educação é conflitiva. Há muitas vezes uma prática “pseudo-bilinguista” – fingimento ou uma falsa língua (Skliar, 1999). De qualquer forma, a educação bilíngue é vista pelo autor como um “paradigma posicional”, ou seja, o teor político que envolve a proposta bilíngue está na assunção do surdo como alguém cuja condição envolve uma diferença linguística. E é por isso que o

termo “especial” não é mais usado junto à escola, pois “entre educação especial e educação bilíngue de surdos é imprescindível para que a educação bilíngue desenvolva uma certa profundidade política” (Skliar, 1999, p. 12).

No Brasil, a lei que assegura e insere a educação bilíngue de surdos na LDB é a Lei 14.191 de 2021, “como uma modalidade de ensino independente — antes incluída como parte da educação especial”. Mas é sabido que a educação bilíngue na cidade de Grajaú e/ou no sistema educacional brasileiro ainda é uma utopia, tendo em vista que impõe aos educadores as mudanças de práticas no contexto escolar onde a maior parte do corpo estudantil é treinada para falar o português e a língua de sinais é deixada de lado pelos ouvintes, sendo executada apenas pelos surdos intérpretes e tradutores. Na análise de Maher (2007), o bilinguismo de minorias linguísticas quase sempre resulta em abandono, pois o aluno que se utiliza da sua língua materna, não tendo com quem interagir com ela, é forçado a abandoná-la em favor da língua oficial. A orientação aos sistemas de ensino, para o uso da abordagem bilíngue na escolarização dos estudantes surdos usuários da Libras, compreende que:

[...] o bilinguismo que se propõe é aquele que destaca a liberdade de o aluno se expressar em uma ou em outra língua e de participar em um ambiente escolar que desafie seu pensamento e exercite sua capacidade perceptivo-cognitiva, suas habilidades para atuar e interagir em um mundo social que é de todos, considerando o contraditório, o ambíguo, as diferenças entre as pessoas (MEC, 2016, p. 9).

Também de acordo com o Decreto 5.626, de 5 de dezembro de 2005, o surdo tem direito à educação de qualidade que perpassa pelo conhecimento das leis e políticas públicas, preferencialmente na modalidade escrita, colaborando para o desenvolvimento de todo o processo educativo (BRASIL, 2005 na Câmara dos Deputados). O desenvolvimento do ser humano se dá por meio da convivência, seja ela familiar, cultural, na escola e religiosa. Diante disso, é perceptível a importância da inclusão das pessoas com deficiência auditiva e surdas nas escolas regulares como uma maneira de esquecer que um dia foram tratados com tanto preconceito e invalidez. A Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, afirma já no seu Art. 1º que:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Neste processo de inclusão e aprendizagem os mediadores favorecem o estímulo de atenção, podendo auxiliar na identificação de problemas e encorajando para a atuação no

ambiente onde está inserido. O papel da escola inclusiva é reconhecer as diferenças dos alunos e garantir a participação na escola e na sociedade. Tendo em vista que não podemos deixar de expor aqui o Atendimento Educacional Especializado (AEE), que objetiva desenvolver a aprendizagem da criança com deficiência, essa estimulação é feita através do seu mediador, possibilitando a inclusão e observando cada particularidade dos alunos inseridos no programa. Sobre ao público-alvo do AEE, Bendinelli (2018) afirma que “é formado por alunos com deficiência, transtorno do espectro autista (TEA) e altas habilidades/superdotação”.

FORMAÇÃO DO TRADUTOR/INTÉRPRETE DE LIBRAS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA A INCLUSÃO DA PESSOA COM SURDEZ: o estudo de caso

Responsáveis por proporcionar a comunicação entre surdos e ouvintes, quando trabalha no contexto educacional é necessário que o intérprete e tradutor tenha plurais conhecimentos para que se possa atuar entre vários processos relativos tradutórios. Uma revisão de estudo é preciso, visto que é através dessa revisão e formação continuada, encontros e debates que sinalizam as necessidades que surgem das práticas educacionais, das relações e do processo tradutório. Neste sentido, abordam-se algumas informações do intérprete/tradutor e suas contribuições para o processo de inclusão dos alunos surdos na escola.

Ao refletir sobre a tradução e a interpretação, é possível presenciar uma variedade de materiais e registros usados como recursos correspondentes, tais como vídeo, áudio, textos, podcasts, todos esses, compartilha-se que “a atualidade nos brinda com uma diversidade inovadora de modos de interação e, conseqüentemente, de interação interlíngua” (Pereira, 2015, p. 47).

Conforme Nascimento (2016), a tradução é realizada para intermediar ações em registro para produtividade e podendo ainda ser realizada a partir de diferentes recursos, além da possibilidade de ser revista antes da produção final. A interpretação, todavia, com base no autor, é realizada numa dada imprevisibilidade do que é posto em discurso, em diálogo nos atos da fala, sem a possibilidade de revisão, mas apenas de reformulação imediata.

O trabalho desses profissionais ainda é demasiadamente desvalorizado e limitado pelo governo municipal, pois, além das escolas não serem adaptadas, não possuindo materiais adequados para ajudar no desenvolvimento educacional, não são disponibilizados

cursos de especialização, aperfeiçoamento ou capacitação para um desempenho dos tradutores e intérpretes, obrigando-os atuar na profissão com autoformação, adquirida mediante vídeo-aulas e convívio com a comunidade surda ou encontros informais de interação e pelo contato e troca entre pares profissionais.

Participar da comunidade surda significa dizer que há uma condição de uso da Libras, podendo ela ser desenvolvida através do espaço social inserido e favorecendo o enriquecimento do profissional, pois ali se torna um ambiente relevante para o crescimento para aprendizagem da língua.

As reflexões aqui exibidas neste segmento fazem referência aos objetivos da pesquisa onde foram tomadas como base as informações adquiridas a partir de entrevistas seguindo a metodologia baseada em uma avaliação com o intuito de descrever situações dinâmicas onde o entrevistado está presente. O estudo de caso é uma estratégia onde se busca a totalidade de uma situação que, para Lazzarini (1995) citado por Goode e Hatt (1999, p. 17), a técnica é “um modo de organizar os dados em termos de uma determinada unidade escolhida”.

Diante do exposto acima é significativo apontar que a profissão de intérprete de Libras é legitimada pela lei 12.319/2010, a qual discorre que o profissional é encarregado por desenvolver a interpretação e interlocução entre o professor e aluno em questão, no entanto, carece de preparo para dar iniciativa conforme esclarece a lei em vigor, pois ele precisa ter conhecimento para fazer a intermediação entre a Libras e a Língua Portuguesa. No art. 4º, inciso I, II e III da referida lei, regulamenta que:

A formação profissional do tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa, em nível médio, deve ser realizada por meio de: I - cursos de educação profissional reconhecidos pelo Sistema que os credenciou; II - cursos de extensão universitária; e III - cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior e instituições credenciadas por Secretarias de Educação.

Seguidamente, é de extrema importância entendermos as perspectivas das intérpretes de Libras que foram entrevistadas, a fim de se ter uma melhor compreensão de como se dá o processo de inclusão dos surdos, formação das profissionais inseridas neste trabalho, as dificuldades encontradas e quais as vias usadas para o andamento deste ofício.

No que se refere à diferença entre tradutor e intérprete as entrevistadas afirmam:

A diferença da profissão do intérprete de libras e o tradutor é que: o tradutor ele tem acesso ao documento, antes de qualquer evento, vamos dizer que seja uma palestra; o tradutor ele vai ter todas as informações coletadas e ele vai fazer uma análise, praticar e estudar para que naquele momento ele possa executar. O intérprete ele já não tem esse acesso, o intérprete ele é colocado lá, na hora, e ele que se vire para interpretar (Roberta, 23 de janeiro 2024).

A nomenclatura oficial é Tradutor/intérprete de língua de sinais, TIPS, né, chamado por TIPS, onde nossa formação, essa minha formação, nos permite tanto traduzir como interpretar, que são duas funções diferentes, mas o nome da profissão é essa. Onde eu vou traduzir, referenciar textos escritos para uma língua falada ou sinalizada e virse-versa e interpretar não somente a libras, mas também a cultura, pois a cultura surda e a cultura do ouvinte são totalmente diferentes e há essa necessidade de fazer essa interpretação, tanto semiótica, interlingual quanto também cultural (Renata, 24 de janeiro 2024).

O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais são profissionais com o objetivo de auxiliar o professor sem formação em língua de sinais atuando em sala de aula, colaborando para que a comunidade escolar e a sociedade se modifiquem e deem oportunidades de vivência social para os surdos. Percebemos que a linha de pensamento das entrevistadas está alinhada à teoria da Dr^a. Ronice Muller de Quadros, linguista, pedagoga brasileira, professora Universitária, intérprete de libras e filha de pais surdos. Para Quadros (2004, p. 07), o intérprete é o indivíduo que interpreta de uma língua (língua fonte) para outra, o que ela chama de língua alvo. Quadros (2004, p. 11) ressalta que o tradutor é a pessoa que é capaz de fazer a tradução de uma língua para outra, traduzindo um texto escrito para uma determinada língua.

Já sabendo que a lei 12.319/2010 exige um curso de ensino médio completo e curso profissionalizante para atuar como profissional de intérprete de libras e tradutores, nossas entrevistadas esclarecem que a capacitação recebida foi por conta própria e que não recebem nenhum tipo de formação continuada pela gestão municipal educacional. Sobre a formação na área de libras e formação continuada elas disseram:

Então, a minha formação na área da língua de sinais, ele foi um curso básico no qual eu fiz no estado do Pará, durou seis (6) meses, foi o período. Porém a gente tem que estar continuando as formações, né, estudando, e aí, eu fui só aprimorando logo, depois eu fui empregada, então foi no decorrer desse tempo que eu fui me desenvolvendo mais, os contatos com os surdos que é primordial, o que faz com que o intérprete possa ter segurança, é o contato com os surdos (Roberta, 23 de janeiro de 2024).

Sobre a minha formação; sou formada em pedagogia e pós-graduação em libras a distância (Renata 24 de janeiro de 2024).

Por meio dessas falas é perceptível a dedicação no que tange a busca por conhecimentos para um aprimoramento do aprendizado do aluno com surdez dentro dos muros da escola. Sabendo que os professores da rede municipal possuem curso profissional e ainda recebam formação continuada, veio a questão sobre se as intérpretes de libras recebem apoio da gestão municipal no que se refere à formação continuada ou aperfeiçoamento. As intérpretes afirmaram que:

Não. Eles não trazem, infelizmente! Não existe uma formação devida que eles tragam alguém para nos preparar, é isso que deixa uma defasagem, pois se tem uma formação continuada para os professores, deveriam também pensar no profissional de apoio, seja o profissional que acompanha um autista, surdo... entendeu? Então, assim, são várias realidades, porém não existe formação para quem trabalha na educação inclusiva não (Roberta, 23 de janeiro de 2024).

A secretaria de educação ela promove encontros e palestras a respeito da inclusão, mas formação mesmo voltada pra área de libras não teve e nem tem, teve curso de libras pra ouvinte, mas nós devemos voltar e continuar com essa ação (Renata, 24 de janeiro de 2024).

Confirma-se, portanto, que os profissionais envolvidos não possuem formação continuada advinda da secretaria de educação. Diante disso, verificamos que estes mesmos profissionais buscam pela sua própria capacitação na área de libras com o intuito de melhoria da prática de interpretação para que haja de fato uma inclusão. De acordo com Santos (2012), Teixeira e Vieira-Machado (2011), a formação continuada tem sua relevância, tal como: alcançar técnicas atuais e informações que podem ser desenvolvidas na escola.

É de suma importância conhecer como se deu o ato da contratação das trabalhadoras. A esse respeito elas nos falam que:

A contratação, ela se deu através do momento que eu fui à escola fazer uma matrícula, e aí, eu logo perguntei para gestora se tinha algum surdo e ela disse que tinha, inclusive, estava atrás de alguém, aí ela perguntou se eu sabia libras, daí eu disse que sim, aí ela disse: então eu vou fazer de tudo para que você seja contratada, daí ela pegou todos os meus documentos, levou pra secretaria e aí...eu fui contratada (Roberta, 23 de janeiro de 2024).

A contratação deu-se através de: por eu já ser conhecida na área e atuar com surdos, a prefeitura me procurou e fez essa contratação, pelo fato de haver essa necessidade de intérprete/tradutor dentro da rede de ensino (Renata, 24 de janeiro de 2024).

Compreende-se por meio da última fala das trabalhadoras, que nas escolas realmente há uma necessidade de intérpretes de libras, e que existe a necessidade de o município promover uma política de valorização desses profissionais por meio de concursos públicos e incentivos à qualificação, de modo a atender às necessidades educativas dos alunos surdos, promover maior inclusão e desenvolvimento da aprendizagem bilíngue e cumprir os dispositivos legais. Como não há esse aparato, fazem com que os conhecedores das libras trabalhem contratados a partir de indicações, sem receber nenhuma capacitação e ter que usar seus próprios meios estratégicos de incluir o aluno com surdez.

Foi colocada ainda a questão sobre, as estratégias usadas pelo professor para incluir o discente não ouvinte na visão das intérpretes. Elas informaram que:

Olha, a questão desse processo da inclusão do aluno surdo, ele é muito minucioso, por quê? Porque quando o aluno chega numa sala de aula, ab ele está sendo incluído, não. E ele não está sendo incluído. Por quê? Porque a escola não tem nenhuma preparação para acolher aquele aluno. Os professores não têm uma formação devida que possa se comunicar com aquele aluno. E aí, pros alunos também é algo desconhecido que é uma coisa óbvia. Agora, fica tudo sobrecarregado para o intérprete, porque o intérprete é como se ele soubesse de tudo, entenderam? E aí...o intérprete tem que procurar maneiras de poder incluir aquele aluno no diálogo do dia a dia do professor, mas isso é um desafio, pois alguns professores ainda têm medo de chegar perto do aluno, como eu já senti isso; há professores que têm até preconceito que eu também já passei por essa experiência! E aí, diz assim: ab, vem cá mudinho e eu sempre corrijo. Não, ele tem nome! O nome dele é esse, ele é surdo e nada mais, ele não é mudo. E aí, é uma questão assim de um paradigma que você tem que tá lutando constantemente, né. Então nessa questão aqui de buscar as estratégias pra que o aprendizado daquele aluno possa fluir de fato, o intérprete ele tem que se debruçar nos conteúdos, nas disciplinas e procurar de forma mais fácil pra passar pra eles (Roberta, 23 de janeiro de 2024).

Primeiramente, para que o aluno tenha realmente inclusão não é somente a presença do intérprete, isso não é incluir! Incluir é: onde os professores, a coordenação e a diretoria permitem a utilização de algumas cargas horárias ou alguns minutos durante a semana do ensino de sinais básicos de libras para os alunos da turma em que o aluno surdo está inserido e, também, durante os momentos de planejamento de formação com a equipe pedagógica para que saiba dar um olá, boa noite, boa tarde, informar sobre o lanche, hora do recreio, informar que a campanha bateu, pois nós não temos as escolas acessíveis para os surdos e não temos também o alarme visual. Né, só tem sonoro, e aí se esse aluno tiver dentro do banheiro? Se ele estiver em outro espaço e não perceber a movimentação ele volta para a sala, portanto, que saibam informar ele, comunicar em caso de urgência e de emergência então, é interessante que: utilize essa estratégia de disponibilizar horário pra que os alunos aprendam o básico e que possam conversar com aquele aluno surdo e assim realmente fazendo o processo de inclusão (Renata, 24 de janeiro de 2024).

Podemos aqui fazer uma relação do pensamento que se tinha sobre o surdo na Antiguidade com o agir de alguns professores da atualidade, relatado pela Roberta. O sujeito não ouvinte era visto como pessoas ineducáveis, incapazes de aprender ou raciocinar, sendo tratadas de forma preconceituosa e discriminadas, todavia, hoje, o preconceito é apresentado de maneiras diferentes, como: risos, olhares que os deixam constrangidos, a dificuldade de conseguir trabalho, entre outros, como apontado por Araújo e Silva (2020, p. 2):

Os preconceitos contra o surdo existem em diversas situações, como exemplos podem-se citar: a terminologia que algumas pessoas usam, ao se referirem ao surdo: "mudo", "macaco", "mudinho", "surdo-mudo"; além dos risos e olhares estranhos ao perceberem os surdos se comunicando por meio da Língua Brasileira de Sinais (Libras); a rejeição na matrícula dos filhos surdos, em alguma escola da escolha dos pais; a dificuldade em conquistar uma vaga no mercado de trabalho; problemas de comunicação com o médico, ao procurar um posto de saúde ou hospital, para atendimento do surdo, entre outras.

No que se refere à inclusão do aluno com surdez dentro da escola como relata Renata, a inclusão tão sonhada só acontece através da parceria e estratégias dos professores com uma combinação com os próprios intérpretes e a gestão, pois todos devem trabalhar em conjunto e com o mesmo objetivo que é facilitar a aprendizagem do público-alvo. Segundo ela, é no meio escolar onde o sujeito surdo por meio do contato e interação com

os ouvintes que a inclusão possa existir de fato. Posto isto, as instituições de ensino são muito importantes nas formações dos indivíduos em todos os aspectos seja para ouvintes e não ouvintes. As falas das entrevistadas destacam que, em dias de planejamento pedagógico, é favorável ao surdo que os intérpretes estejam envolvidos, pois eles compreendem a necessidade dos mesmos mais do que o professor ouvinte, então surgiu a curiosidade de saber se elas participam das reuniões pedagógicas.

Bom! Na escola, a diretora sempre convidava todos. Ah! Hoje vai ter planejamento com os professores, então sempre estava aberto a nos convidar, né! Principalmente, os intérpretes que tão ali mais envolvidos com o aluno, então: vai ter “variação” hoje! Ai, o intérprete tem que colocar seu ponto de vista pra dizer como está fluindo o aprendizado daquele aluno, se conseguiu alcançar aquela meta ou ainda está no caminho... E isso não é papel do intérprete, é o papel do professor! (Roberta, 23 de janeiro de 2024).

Também foi colocado em questão sobre a priorização da língua de sinais na escola, pois, se já é difícil para os surdos se comunicarem com a sua língua materna, imagina através da língua portuguesa. Assim, foi indagado se a secretaria de educação disponibilizava cursos para ensinar os surdos a sua própria língua, e a resposta foi:

Nada! É muito triste! Às vezes, eu chego muito...muito triste, sabe? Já cheguei algumas vezes chorando aqui em casa, querendo, assim, sabe, deixar isso... Ah! Eu não vou me importar mais com aquele aluno, porque é uma coisa assim tão intrigante, sabe? Tão desumano ao mesmo tempo. Você ver o aluno ali querendo, né, se comunicar e como fazer com que aquele aluno converse? Porque é isso que ele quer; ele quer atenção de você e mais nada. Ele quer ser ouvido também, ele quer dizer o que ele pensa! (Roberta, 23 de janeiro de 2024).

Essa pergunta se refere à escola bilíngue, né, que é muito necessária. Pois um dos grandes problemas é que os próprios surdos são analfabetos da sua língua, então, é bem complicado eu enquanto profissional ser fluente em libras e meu aluno, o qual eu vou assistir, ele não ter conhecimento da sua língua materna; ele tem mais sinais caseiros, sinais miméticos isso dificulta a comunicação, dificulta a aprendizagem dele, pois o processo natural foi quebrado, né, onde que: o aluno surdo primeiro tem que aprender libras, que é sua língua, pra somente depois ser alfabetizado com a língua portuguesa. E isso infelizmente ainda não temos dentro da nossa cidade, que seria uma escola bilíngue pra eles (Renata, 24 de janeiro de 2024).

Com isso, é notório que, saber a língua de sinais no contexto escolar e inclusivo é de grande importância pois pode propiciar um ambiente de troca a partir do ensinamento das libras como segundo idioma do surdo, bem como a necessidade da organização do sistema de forma a contemplar a educação bilíngue na escola regular sendo essa educação a ser desenvolvida por intermédio de professores bilíngues. Sobre esta informação podemos nos fundamentar nas seguintes diretrizes que diz:

Para o ingresso dos alunos surdos nas escolas comuns, a educação bilíngue - Língua Portuguesa/Libras desenvolve o ensino escolar na Língua Portuguesa e na língua de sinais, o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua na modalidade escrita para alunos surdos, os serviços de tradutor/intérprete de Libras e Língua Portuguesa e o ensino da Libras para os demais alunos da

escola. a. O atendimento educacional especializado para esses alunos é ofertado tanto na modalidade oral e escrita quanto na língua de sinais. Devido à diferença linguística, orienta-se que o aluno surdo esteja com outros surdos em turmas comuns na escola regular (BRASIL, 2002)

A dificuldade de aprendizagem do surdo pode ser dificultada de várias formas, sendo a falta de preparo dos professores e de material didático visual, mas a maior dificuldade encontrada é a falta de comunicação. A língua de sinais, por sua vez, é a forma mais fácil de se fazer interação, mas, por outro lado, é sabido que não é somente o professor que não está preparado para essa comunicação, o aluno também, pois uma boa parte não conhece e nem falam a sua própria língua. Mesmo que a Lei 14.191 de 2021 preconize a educação bilíngue como uma modalidade de ensino independente por meio da língua brasileira de sinais (Libras) como primeira língua e o português escrito como segunda, observa-se que a mesma, ainda, não é efetivada no município. Neste caso, como se comunicar com o aluno que não é sinalizante em sala de aula? De acordo com as intérpretes:

É muito complicado, pois o intérprete ele vai ouvir, por exemplo: “o movimento de translação ocorre em mais ou menos 365 dias”, o intérprete ele vai ter que criar um cenário mostrando o percurso que a Terra dar em volta do Sol, no sentido figurativo, sempre. Então, se o professor ensina para o surdo que 2(dois) mais 2(dois) são quatro, para o aluno, eu tenho que mostrar como chega aquele resultado de uma forma demonstrativa. Existe, hoje, a escola bilíngue, né, que são as escolas próprias disso. Em Goiânia tem, aqui na capital maranhense também tem, que ouvir falar então em alguns estados já estão tendo essa escola exclusiva pra eles, tá bom? Lá, eles não vão trabalhar outra coisa a não ser libras, pra que quando eles saírem dali se sintam preparados para aprender a língua portuguesa (Roberta 23 de janeiro de 2024).

Olha! Uma das dificuldades mais encontrada na escola está no contato com a família. Eu acompanho uma aluna que a mãe dela é frequente, vai buscar, vai deixar, pergunta sobre o desenvolvimento dela e tal! Mas têm outros que os pais, por também serem analfabetos, né, infelizmente esse público, é um público carente na grande maioria onde os pais também são analfabetos e nem sabem se comunicar com seus filhos, então o preconceito começa por aí, onde os próprios pais não sabem se comunicar com seus filhos surdos, e infelizmente não tem essa educação bilíngue em Grajaú ainda, tomara que façam planejamentos pra trazer, né pras nossas escolas, precisamos de curso de língua brasileira de sinais para os surdos. Se existe a disciplina de inglês por que não introduzir a disciplina de libras, né. (Renata 24 de janeiro de 2024).

As entrevistadas afirmam que outra dificuldade encontrada para a aprendizagem dos discentes é a questão familiar. As intérpretes esclarecem que os pais não procuram saber como o filho participa da vida na escola e que existem famílias onde nem os próprios irmãos e pais dialogam em casa, e que isso afeta a vida escolar da criança. Neste sentido, se a família compreende que a criança enquanto sujeito surdo é uma pessoa com capacidades de aprender, desenvolver a escrita, a fala e a interação social, consequentemente tudo isso será a florado em sala de aula, mas quando não há estímulo da família o discente não ouvinte fica estagnado, sem ânimo, envergonhado, sem desejo de aprender a sinalizar ou se

comunicar. Estes problemas familiares dificultam o reconhecimento como tal, isto é, não se permitem ter uma identidade surda, pois não há um preparo da instituição enquanto família, para que essa criança tenha contato com as demais pessoas da sociedade.

Outro fator importante para a inclusão do aluno não ouvinte é a interação com outras crianças, que, de acordo com Lev Vygotsky, psicólogo russo defensor das interações sociais e das experiências culturais, essa interação é um meio importante para a aprendizagem e o diálogo, onde a colaboração com os outros é essencial para o desenvolvimento da criança. O adulto tem a função de mediar ou guiar dando as ferramentas necessárias para resolver problemas ou compreender conceitos que estão além de sua capacidade independente. Já sabendo que a interação social em sala de aula é um método preponderante para a evolução do discente, foi questionado: na sua concepção há essa interação dos surdos com os ouvintes na sala de aula onde você trabalha? Neste sentido, as concedentes da entrevista responderam:

Olha só, a minha experiência é meio termo, pois quando um aluno é inserido na sala de aula é algo desconhecido para eles e eu até compreendo isso, só que quando eu estou ali interpretando eles acham interessante e olham pra mim, querendo entender alguma coisa, então, acaba despertando. Só que têm outros que não querem se envolver de jeito nenhum, nem nas atividades que são desenvolvidas em grupo; é como se tivesse um bloqueio, só que não é 100%, né, pelo menos 10% vão até os surdos, porque eu também falo né: gente ele é surdo, mas eles também pensam, são iguais a vocês; vocês podem perguntar, estou aqui pra ajudar, perguntem qualquer coisa, conversem e brinquem, mas ainda há uma resistência (Roberta, 23 de janeiro 2024).

A relação aluno surdo com os professores. Infelizmente, a maioria dos professores ainda se direciona ao intérprete pra perguntar algo para o aluno, é o errado. Ele tem que olhar para o aluno e o intérprete faz a interpretação, né, mas vemos que, como a comunidade são os mesmos alunos vendo aquele ambiente escolar com aconselhamento e orientação do intérprete, tem essa, né, essa orientação para que eles melhorem, mas infelizmente alguns professores simplesmente ignoram e bota nas costas do intérprete como se o aluno fosse do intérprete; o aluno não é do intérprete, o aluno é do professor! Eu sou ali só um meio de comunicação que vai transmitir a mensagem. Portanto, se o professor não se direcionar, não corrigir, não sou eu que vou corrigir, se o aluno tiver uma dúvida, não sou eu que vou responder à pergunta, e sim o professor. Podemos falar também da relação entre intérprete e professor, que é essencial. Que varia muito de um pra o outro, tem professor que aceita, né, aquele que pergunta, que quer melhorar e têm outros que simplesmente entra na sala e se acha o rei, e as vezes pensa que nós estamos ali observando e questionando, ou que estamos só pra observar a sala dele como se fôssemos vigia das práticas pedagógicas (Renata 24 de janeiro de 2024).

O ponto de partida desta nossa reflexão encontra-se no grande valor que a teoria vygotskiana dá ao processo de interação e, especificamente no que tange às estratégias dos educadores construtores de conhecimento. Para Vygotsky (1984), esse conhecimento é construído através da interação entre as pessoas e não somente através de uma sala arrumada, cadeira em fileiras e pessoas uniformizadas, onde a transmissão de informações é exercida por uma só pessoa. O processo de aprendizagem vai muito além do que foi exposto, a exemplo, podendo ser citado aqui, de rodas de conversas, trabalhos em grupos,

estudo em campo e etc.. Entretanto, no que refere à inclusão de surdos, é necessário que se adote o método gestual-visual, uma educação que possa conversar com todos os indivíduos inseridos na instituição de ensino de maneira geral, em que os professores são grandes mediadores da interação entre os alunos voltada para a observação das diferenças e dificuldades encontradas em cada discente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação para pessoas surdas vem gerando uma nova perspectiva quando se trata de igualdade à comunidade surda e o povo surdo, graças à existência dessa educação nas escolas, cada vez mais vão surgindo pesquisadores e refutadores desta temática a fim de surgir boas e novas práticas e avanços educacionais. Porém novas fragilidades também são apresentadas nos estudos realizados tais como: a baixa preparação pedagógica dos docentes para lidarem com alunos surdos e com a Libras; dificuldade do docente para se comunicar com o seu aluno surdo; a falta de ensino da Libras para o próprio surdo, formação continuada para melhorias de estratégias dos intérpretes, falta de escolas adaptadas para surdos, como alarmes visuais, sala de jogos com computadores voltados para a leitura dos mesmos.

Foi possível perceber que na educação básica municipal há uma descontinuação no que tange ao cumprimento dos direitos que asseguram uma educação ou escolarização que são garantidos por lei. Por meio das políticas públicas, a educação é um direito fundamental que permite aos alunos acesso ao conhecimento e formação profissional da criança até o ensino superior, todavia, percebemos que esse direito é negado quando não possui visibilidade de projetos aprovados para esta cidade, evidenciando que a inclusão do aluno surdo acontece de forma parcialmente precária, uma vez que haja uma maior preocupação em atender ou sinalizar demandas da legislação em detrimento do público escolar surdo. Revela-se a ausência ou ineficácia de metodologias e estratégias para atender à inclusão dos discentes surdos.

Percebe-se que muitos pensam a respeito da inclusão, transparecendo que ela acontece só pelo fato de o intérprete de Libras estar em sala de aula para fazer a interpretação do conteúdo apresentado pelo professor. A atuação em sala de aula do tradutor/intérprete ameniza as dificuldades dos estudantes, mas, quando se trata de inclusão escolar, não basta somente o intérprete estar em sala de aula, é necessário que se tenham combinações, organizações entre tradutor/intérprete de Libras e o docente, sendo este o responsável por toda a estratégia de ensino para que o aluno se desenvolva.

Com os problemas elencados, podemos avançar com a esperança de promover a inclusão não somente escolar, mas nas instituições de ensino superior. Embora haja políticas públicas com o intuito de apoiar a inclusão do surdo, na prática, há poucos recursos didáticos, financeiros e métodos para a permanência e aprendizagem do sujeito não ouvinte, assim, concluímos que, apesar de termos avançado com relação à historicidade da inclusão, o processo educacional na escola em estudo ainda precisa ser mais questionado, estudado e praticar o que está promulgado em leis.

REFERÊNCIAS

ANGELUCCI, C. B.; LUZ, R. D. Contribuições da escola para a (de)formação dos sujeitos surdos. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 14, n. 1, p. 35-44, 2010.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o Art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar**: abordagem bilíngue na escolarização de pessoas com surdez. Brasília: MEC/SEESP, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde/Gabinete do Ministro. **Diário Oficial da União**, Portaria nº 343, de 17 de março de 2020. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376>>. Acesso em: 13 jan. 2022.

BRASIL. Lei nº 12.319, de 01 de setembro de 2010. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2010.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2002.

BRASIL. **Decreto n. 5.626 de 22 de dezembro 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em: 10 jan. 2024.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 20 de dezembro de 1996. Seção 1, p. 27839. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/114191.htm>. Acesso em: 11 jan. 2024.

CAMPELLO, A. R.; PERLÍN, G.; STROBEL, K.; STUMPF, M.; REZENDE, P.; MARQUE, S. R.; MIRANDA, W. Carta aberta ao Ministro da Educação elaborada pelos sete primeiros doutores surdos brasileiros, que atuam nas áreas de educação e linguística. 8 jun. 2012. Disponível: <<http://marianahora.blogspot.com.br/2012/06/carta-aberta-dos-doutores-surdos.html>>. Acesso em: 11 jan. 2024.

GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. Política de educação especial na perspectiva inclusiva e a formação docente no Brasil. **Rev. Bras. Educ. [online]**, v. 18, n. 52, 2013. Disponível em: <<http://scielo.br/j/rbedu/a/4cwH7NndqZDYRSjCjmDkWWJ/?format=pdf>>. Acesso em: 07 nov. 2023.

GARBE, Douglas de Souza. Acessibilidade às pessoas com deficiência física e a convenção internacional de Nova Iorque. **Revista Unifebe**, Balneário Camboriú, v. 10, p. 95-104, jan./jun. 2012.

GOLDFELD, Marcia. **A Criança Surda: Linguagem e Cognição numa Perspectiva Socio-interativa**. São Paulo: Plexus, 1997.

IBGE, I. (2010). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo demográfico Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2012/04/239-dos-brasileiros-declaram-ter-alguma-deficiencia-diz-ibge.html>>. Acesso em: 13 jan. 2022.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. **A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência**. Cad. Cedes, Campinas, v. 26, n. 69, 2006. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ccedes/a/KWGSm9HbzsYT537RWBnBcFc/?lang=pt&format=pdf>> Acesso em: 14 jan. 2022.

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educ. Pesqui. [online]**, v. 30, n. 2, 2004. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/250987903_Metodologia_qualitativa_de_pesquisa>. Acesso em: 11 jan. 2024.

MAHER, Teresa Machado. Do casulo ao movimento: a suspensão das certezas na educação bilíngüe e intercultural. In: CAVALCANTI, M.; BORTONI-RICARDO, S. (Org.). **Transculturalidade, linguagem e educação**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2007.

MOREIRA, Andréa Beatriz Messias Belém. Hipóteses de letramento visual na construção da leitura e da escrita de estudantes surdos. **Revista Polyphonia**, v. 28, n. 1, jan./jun. 2017. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/sv/article/download/43452/21730>>. Acesso em: 10 jan. 2022.

PEREIRA, M. C. P. Produções acadêmicas sobre Interpretação de Língua de Sinais: dissertações e teses como vestígios históricos. **Cadernos da Tradução**, v. 2, n. 26, p. 99-117, 2010. Disponível em: <<https://doi.org/10.5007/2175-7968.2010v2n26p99>>. Acesso em: 10 jan. 2022.

QUADROS, Ronice Müller de. **Educação de surdos: a aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. Disponível em: <https://aedmoodle.ufpa.br/pluginfile.php/245934/mod_resource/content/1/TEXT0%20IV>. Acesso em: 10 jan. 2022.

QUADROS, Dra. Ronice Müller de. **O Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa**. Brasília: MEC, SEESP, 2005. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/tradutorlibras.pdf>>. Acesso em: 17 jan. 2022.

RIBEIRO, Maria Clara Maciel de Araújo. Considerações sobre a relação dos surdos com a linguagem: dos primórdios à contemporaneidade. **Unimontes Científica**, v. 13, n. 1/2, p. 19-29, 2011. Disponível em: <<https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/unicientifica/article/view/2201/2263>>. Acesso em: 27 set. 2022.

TEIXEIRA, Keila Cardoso; VIEIRA-MACHADO, Lucienne Matos da Costa. Oito anos da Lei de Libras: nossos desafios atuais para a formação dos professores de surdos. In: CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, **Anais eletrônicos...** 2011. Disponível em: <<https://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompleto/comunicacoesRelatos/0273.pdf>>. Acesso em: 29 abr. 2023.

STROBEL, Karin L. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis: UFSC, 2008.

STROBEL, Karin. **História da educação de surdos**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.

SANTOS, Dáisy Cléia Oliveira dos. Potenciais dificuldades e facilidades na educação de alunos com deficiência intelectual. **Educação e Pesquisa**, v. 38, p. 935-948, 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ep/a/xFx3Cz3H5dP9kGhk9Vm3s8y/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 30 jul. 2023.

SÁTYRO, Natália Guimarães Duarte; D'ALBUQUERQUE, Raquel Wanderley. O que é um Estudo de Caso e quais as suas potencialidades? **Revista Sociedade e Cultura**, v. 23, e55631, 2020. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/5563>>. Acesso em: 15 fev. 2024.

SILVEIRA, Sousa de. História da Língua portuguesa. In: CARDORE, Luís Agostinho. Curso prático de Português. São Paulo: Ática, 1994.

SKLIAR, C. A localização política da educação bilíngue para surdos. In: SKLIAR, C. (Org.). **Atualidade da educação bilíngue para surdos**. Porto Alegre: Mediação, 1999. v. 2, p. 7-14.

SKLIAR, C. A localização política da educação bilíngue para surdos. In: SKLIAR, C. (Org.). **Atualidade da educação bilíngue para surdos: processos e projetos pedagógicos**. Porto Alegre: Mediação, 1999.

WITKOSKI, Sílvia Andreis. **Introdução a Libras: língua, história e cultura**. Curitiba: Ed. UTFPR, 2015. Disponível em: <<http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/1598/2/libras.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2022.

XAVIER, A. V. O. A Inclusão da Pessoa com Deficiência na Escola Regular. Tema: Inclusão escolar, 2012.

VYGOTSKY, L. S. Pensamento e linguagem. Trad. M. Resende, Lisboa, Antídoto, 1979. A formação social da mente. Trad. José Cipolla Neto et alii. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1984.